MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 88/2014

Por ordem superior se torna público ter a República do Chile depositado, a 18 de abril de 2014, junto da Diretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o seu instrumento de ratificação e procedido à emissão de uma declaração à Convenção relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e a Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais, adoptada em Paris, na 16.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a 14 de novembro de 1970.

Declaração (original em espanhol)

«La República de Chile entiende que las disposiciones de la Convención no tienen carácter retroactivo y, en relación a su Artículo 13 letra d), esta se aplicará a los bienes culturales extraídos del Estado de origen después de la entrada en vigor de la referida Convención para los Estados concernidos.» [Original: Spanish]

Tradução

«A República do Chile entende que as disposições da Convenção não têm carácter retroativo e, em relação ao seu Artigo 13 alínea d), esta aplicar-se-á aos bens culturais extraídos do Estado de origem depois da entrada em vigor da referida Convenção para os Estados visados.» [Original em espanhol]

Nos termos do artigo 21, a Convenção relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e a Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais entrou em vigor para a República do Chile três meses após a data do depósito do referido instrumento, ou seja, no dia 18 de julho de 2014.

A República Portuguesa é Parte desta Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto do Governo n.º 26/85, conforme publicado no *Diário da República* 1.ª série, n.º 170, de 26 de julho de 1985, tendo depositado o seu instrumento de ratificação a 9 de dezembro de 1985, de acordo com o Aviso n.º 78/2002, publicado no *Diário da República* 1.ª série-A, n.º 177, de 2 de agosto de 2002.

Nos termos do seu artigo 21.º, a Convenção em apreço entrou em vigor para a República Portuguesa três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, ou seja, no dia 9 de março de 1986.

Direção-Geral de Política Externa, 20 de agosto de 2014. — O Subdiretor-Geral, *Rui Vinhas*.

Aviso n.º 89/2014

Por ordem superior se torna público ter a Nova Zelândia depositado, a 17 de outubro de 2013, junto da Diretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o seu instrumento de adesão e procedido à emissão de uma declaração ao Primeiro Protocolo da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotado em Haia, a 14 de março de 1999.

Declaração (original em inglês)

«DECLARES that, consistent with the constitutional status of Tokelau and taking into account the commitment of the Government of New Zealand to the development of self-government for Tokelau through an act of self-determination under the Charter of the United Nations, this accession shall not extend to Tokelau unless and until a Declaration to this effect is lodged by the Government of New Zealand with the depositary on the basis of appropriate consultation with that territory;» [Original: English]

Tradução

«DECLARA que, de acordo com o estatuto constitucional de Tokelau e tendo em consideração o compromisso do Governo da Nova Zelândia para o desenvolvimento de um governo autónomo para Tokelau através de um ato de autodeterminação conforme a Carta das Nações Unidas, esta adesão não será extensível a Tokelau, a não ser que e até que uma Declaração para este efeito seja depositada pelo Governo da Nova Zelândia junto do depositário, tendo por base as consultas apropriadas com aquele território.» [Original: Inglês]

Nos termos do seu artigo 10.º (b), o Protocolo em apreço entrou em vigor para a Nova Zelândia três meses após a data do depósito do instrumento de adesão, ou seja, a 17 de janeiro de 2014.

A República Portuguesa é Parte do Primeiro Protocolo à Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, aprovado, para ratificação, através da Resolução da Assembleia da República n.º 4/2005, em conformidade com o publicado no *Diário da República* 1.ª série, n.º 31, de 14 de fevereiro de 2005, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 9/2005 do *Diário da República* 1.ª série, n.º 31, de 14 de fevereiro de 2005, tendo depositado o seu instrumento de adesão a 18 de fevereiro de 2005, conforme consta no Aviso n.º 228/2005 publicado no *Diário da República* 1.ª série, n.º 99, de 23 de maio de 2005.

Nos termos do seu artigo 10.º (b), o Protocolo em apreço entrou em vigor para a República Portuguesa três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, ou seja, a 18 de maio de 2005.

Direção-Geral de Política Externa, 20 de agosto de 2014. — O Subdiretor-Geral, *Rui Vinhas*.

Aviso n.º 90/2014

Por ordem superior se torna público o depósito, junto da Diretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), dos seguintes instrumentos de ratificação à Convenção Internacional Contra a Dopagem no Desporto, adotada em Paris, na 33.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 19 de outubro de 2005:

Países	Ratificação	Entrada em vigor
República Árabe Síria	13-05-2013	13-08-2013
Tuvalu	06-09-2013	06-12-2013
República do Congo.	23-09-2013	23-12-2013

A República Portuguesa é Parte desta Convenção, aprovada pelo Decreto n.º 4-A/2007 de 20 de março, conforme